



**Estado do Rio Grande do Norte  
Câmara Municipal de Pau dos Ferros  
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

**ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª  
LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS, RN.**

Aos dezesseis dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta minutos, reuniram-se os Senhores Vereadores e Vereadoras no Salão Nobre Antônio Alvino de Souza da Câmara Municipal, localizado à Rua Pedro Velho, nº 1291, nesta cidade, cuja sessão foi coordenada pelo Excelentíssimo Presidente, o Senhor José Alves Bento, mediante convocação através de grupo de *WhatsApp*, à todos os vereadores e vereadoras, para participarem da **1ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura**, com o objetivo de apreciar duas matérias do Poder Executivo e uma do Poder Legislativo. O Excelentíssimo Presidente, o Senhor José Alves Bento, cumprimentou a todos que se encontravam de forma virtual através das redes sociais, e os demais presentes. Prosseguindo a Sessão, a 1ª Secretária, a Vereadora Francisca Itacira Aires Nunes, realizou a conferência de *quórum*, na mediada em que do coletivo de 11 (onze) vereadores/as, se registrou a presença de todos os **11 (onze)** conforme atesta lista de presença constante no livro de atas. Havendo existência de *quórum* suficiente, o Presidente da Casa declarou aberta a sessão. Não houve votação de ata, pois a última ata foi votada e aprovada na última sessão ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Em seguida, a 1ª Secretária fez a leitura da ordem do dia. Dando continuidade, a senhora 1ª Secretária, Francisca Itacira Aires Nunes leu a ementa e justificativa da seguinte matéria: **PROJETO DE LEI: 2103/2023 de autoria da Excelentíssima Prefeita Marianna Almeida Nascimento, que autoriza o Poder Executivo a contratar, por tempo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público em conformidade com o disposto no inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências.** Em seguida, o Senhor Presidente José Alves (Galego do Alho), passou a palavra para o Vice-Presidente, o Vereador Francisco Gutemberg (Gugu Bessa) e também, esclareceu que como ainda não tinha havido a mudança de Líder do Governo, ele ainda iria fazer a defesa da matéria. O Vereador Francisco Gutemberg (Gugu Bessa) disse que era um projeto que necessitava ser aprovado em





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**Câmara Municipal de Pau dos Ferros**  
**Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

caráter urgente, pois iria começar o ano letivo e havia essa necessidade de contratação de professores; que ano passado houve a votação para o edital do concurso público e tinha certeza que a Excelentíssima Senhora Prefeita Marianna Almeida brevemente iria fazer a realização do referido concurso; que todos os projetos de lei que chegavam na Casa Legislativa sobre editais, tinham validade de dois anos e prorrogados por mais dois; que no caso deste, era de um ano, prorrogado por mais um; que tinha indagado a Secretária de Educação sobre as quarenta vagas para cadastro reserva e a mesma explicou que devido o quantitativo dos professores, colocou essa quantidade de cadastro reserva, mas seria apenas para garantir, pois alguns professores iriam sair de férias ou teriam licença; que gostaria de pedir a compreensão dos nobres edis e a educação precisava desses profissionais. O Vereador Reginaldo Alves saudou a todos e disse que estava diante de uma proposta de um Projeto de Lei Municipal vindo do Executivo; que era mais uma irresponsabilidade da gestão pública; que lamentava, mas iria votar, pois não queria prejudicar as pessoas que iriam ser beneficiadas por esse serviço; que havia desrespeito com a Casa Legislativa, pois tinha acabado de chegar um anexo; que no anexo diziam que a única diferença era a questão do cargo de Engenheiro Civil e que não era só isso; que tinha acréscimo de vagas e era só analisar; que havia a retirada do profissional pedagogo, e este, que é o primeiro item da SEDUC estava sendo remanejado para outro setor; que estavam tentando induzir os vereadores; que não era para faltar com a verdade; que esperava que a gestão municipal, que tem como *slogan* "valorizando nossa gente", respeitasse o povo; que era inadmissível e iria ser ferrenhamente oposição quanto às injustiças ocorridas na gestão; que houve um diálogo com a Secretária de Educação e foi proposto o concurso público no ano passado; que votaram favorável na eminência da promessa de que seria realizado em dezembro a publicação do edital e a prova seria até março; que nada disso aconteceu até o presente momento; que eram onze vereadores com mentalidades diferentes e há quem defendesse a inoperância administrativa e a falta de gestão de compromisso com o povo da gestão valorizando nossa gente; que o processo simplificado é diferente de um concurso público, porque o concurso público vai entrar quem tem mérito, quem tem capacidade intelectual para ocupar aquela vaga; que





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**Câmara Municipal de Pau dos Ferros**  
**Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

muitas pessoas vêm estudando e se dedicando para fazer um concurso público; que esperava que os colegas votassem favoráveis para não prejudicar o povo. O Vereador Francisco José (Gordo do Bar) disse que estavam votando mais uma vez em um processo seletivo; que houve uma reunião com a comissão do referido concurso; que no processo seletivo havia muita vaga que não havia no concurso; que a maioria dessas outras vagas, a Secretária Larissa Alves falou que iam ser terceirizadas; que na referida reunião, indagou sobre o cargo de professor de educação física; que o Senhor Marquinhos foi professor e Educador Físico e também indagou sobre esta questão; que iria votar favorável para não prejudicar o início das aulas; que a lei que concerne sobre o concurso público foi votado em regime de urgência; que até o presente momento não tinha sido lançado edital; que deveria ser incluído o cargo de Professor de Educação Física, nem que fosse preciso fazer outra sessão extraordinária; que também é preciso incluir o cargo de vigilante, pois os donos dos quiosques reclamam da falta de segurança na Praça da Matriz; que é preciso trabalhar com responsabilidade, pois a Câmara Municipal faz seu papel e nunca foi reprovado um projeto de interesse público; que o projeto de lei que se mostrasse com “Cara de camuflagem”, seria o primeiro a gritar, junto com a bancada de oposição, pois foram dois anos que a gestão ficou na brincadeira; que para colocar para frente tinha que mostrar serviço; que em dois anos, mesmo com tanto dinheiro, o município não conseguiu pagar as contas pois simplesmente será a pior gestão. A Vereadora Aldaceia Oliveira disse que o último concurso público de Pau dos Ferros foi realizado em dois mil e quinze; que inclusive, estava participando da gestão da educação no referido ano; que eram quase oito anos depois e todos sabiam que a investidura em cargo público é sonho de todas as pessoas; que era preciso pressionar as gestões para que ordenasse a investidura em cargo público através de concurso público. Citou o exemplo da nutricionista que em dois mil e dezessete, era concursada e deixou o cargo porque optou para ficar só no Estado; que desde então, as nutricionistas são nomeadas através de contratos provisórios e essas situações haverão de ser corrigidas e a população é que precisa tomar conta disso. Afirmou que era favorável ao referido projeto, assim como a Casa Legislativa, pois é uma prerrogativa do poder municipal para fazer funcionar a gestão. Pede para Excelentíssima Prefeita Marianna





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**Câmara Municipal de Pau dos Ferros**  
**Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

Almeida que o edital do concurso público cujo projeto foi aprovado por esta Casa no segundo semestre do ano passado; que ele seja já formatado, pois iria cobrar a realização do concurso público. O Vereador Deusivan Santos disse que era um defensor do concurso público, pois além da autonomia para as gestões passarem de gestão para gestão, também dava qualificação e seguridade do concurseiro que tanto estuda para isso; que as gestões passadas também não fizeram concurso público; que o ex-gestor não fez, mas foi citado pela Justiça, pois entre os anos de dois mil e cinco a dois mil e doze não fez concurso público; que quem fez concurso público foi o ex-gestor Fabrício Torquato; que a Excelentíssima Prefeita Marianna Almeida estava apenas há dois anos na gestão e não tinha motivos estar sendo denegrida; que estava deixando claro para que assim tivessem que cobrar, mas também iria ser justo com as coisas que antes não foram feitas antes. O Vereador Célio de Queiroz (Célio da Farmácia) disse que mais uma vez chegava na Casa Legislativa um projeto de urgência e que não aguentava mais, pois servia apenas para votar e quando se coloca em prática nada funcionava; que não tem andamento em nada; que daqui para frente teria muito voto contrário; que iria mudar de atitude, pelo menos a bancada de oposição; que estava acontecendo absurdos na cidade e esta questão de falar de passado de gestor não tinha cabimento e era preciso andar para frente; que é preciso esquecer o passado; que o concurso público que o ex-gestor, Leonardo Rêgo, pegou e prolongou por mais dois anos; que é legítimo fazer um concurso. O Vereador Reginaldo Alves pediu ao Vereador Célio de Queiroz (Célio da Farmácia) uma parte da sua fala. Disse que o motivo pelo qual o carro tem um para-brisa enorme e um retrovisor bem pequenininho é apenas para se referenciar para seguir a viagem a frente. Indagou que mérito lhe dava falar de gestões passadas; que o Vereador Deusivan dos Santos faltou com a verdade; que ele (o Vereador Reginaldo Alves) era fruto do concurso público realizado por Leonardo Rêgo; que era vigilante do município, concursado em dois mil e sete; que era preciso ter cuidado e olhar para frente e não para trás; que no ano de dois mil e sete foi aprovado para vigilante; que trabalhou no CREAS; que era preciso colocar vigilante no processo seletivo, pois foi informado que o centro de zoonoses foi surrupiado e levaram os equipamentos. Indagou se a população estava sabendo disso, pois era recurso público; que não





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**Câmara Municipal de Pau dos Ferros**  
**Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

esperassem chegar o período político para oferecer cargos em troca de apoio, porque foi o que aconteceu agora com a empresa ECOSERV. O Vereador Deusivan dos Santos disse que não havia mentido e que o Ministério Público acionou o Prefeito Leonardo Nunes Rêgo por ficar de dois mil e cinco a dois mil e doze sem concurso público; que se estivesse mentido, fossem ao Ministério Público. O Vereador Deusivan dos Santos disse: “Vocês vão lá, agora assim, sobre olhar para o retrovisor e você não olhe para o retrovisor com os erros dos outros. Você não tem que se espelhar para fazer o que é correto sabe. Reginaldo? e outra coisa, só temos o passado para fazer melhor no futuro, para tentar fazer melhor no futuro. Não tem como só voltar ao passado não, porque eu tenho uma frase que diz: ‘sempre olhe onde você estava e olhe onde você está hoje, porque o passado é o que me norteia’, então pronto, sem nada mais Presidente, vai lá no Ministério Público que dá certo”. A Vereadora Zélia Leite disse que gostaria de só de enfatizar e fazer um apelo, porque todos sabiam da questão da importância do concurso público; que votaria a favor pois não queria que os alunos fossem prejudicados; que apelava para que o calendário letivo fosse cumprido, iniciando as aulas no período correto e que assim, não houvesse uma desculpa como no ano passado, que começou atrasado e terminou mais cedo, e a justificativa foi uma coisa absurda; que não iria nem citar porque é um absurdo dizer que os alunos não cumpriram o seu calendário escolar. A Vereadora Zélia Leite disse: “Essa é uma gestão de faz de conta. É uma gestão que você vê um projeto de lei desse, onde vem quarenta vagas de reserva; é uma coisa absurda! A gente sabe que é pela necessidade. Então, passa aos dois anos, chamando o cadastro de reserva. Por isso que assim, eu acho que deveria ter mais respeito com a população de Pau dos Ferros, sociedade, os alunos e com os pais dos alunos, porque o concurso público, eu sou a favor, porque só vai tá lá que realmente tem condições de passar, não pessoas que talvez não tenha capacidade de exercer a sua própria função, em um processo seletivo. Mas a gente vai votar a favor! A nossa bancada vai votar a favor, porque nós não queremos prejudicar a sociedade. Fui eleita para honrar o voto daqueles que me confiaram. MUITÍSSIMO OBRIGADO.” O Vereador Alexsander Magnus (Leka Frentista) falou que no ano passado aprovaram o projeto do concurso público, que até então, está tendo a desatenção por parte da gestão,





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**Câmara Municipal de Pau dos Ferros**  
**Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

pois deixou expectativa para os concurseiros; que através dos concursos, a população de Pau dos Ferros, iria ter pessoas capacitadas para dar o andamento em alguns cargos, e até agora não foi emitido o edital; que não queria desatenção por parte da gestão; que quer atenção a respeito do concurso público. O Excelentíssimo Senhor Presidente, o Senhor José Alves (Galego do Alho), convidou a população pau-ferrense para assistir as sessões e para ver os projetos votados na Câmara Municipal. A Vereadora Itacira Aires (Bolinha) disse que queria externar o seu sentimento, pois, observou que haviam onze vereadores, sendo cinco da bancada da oposição, seis vereadores da bancada da situação e todos têm o seu papel e o mais importante, preponderante na decisão dos atos dos projetos, do desenrolar das atividades do município; que são fiscalizados e estão cumprindo a missão que o povo deu; que as duas bancadas têm uma missão; que no momento em que um colega vereador está falando com outro vereador, fica ironizando, fazendo gestos, como se fosse de deboche com o colega; que achava isso desagradável, porque todos, tem sua missão, de defender; que estava de saída para Natal e iria passar um mês e meio, mas no momento que recebeu a informação de que viria um Projeto de Lei para que fosse contratado temporariamente os professores, veio para Pau dos Ferros; que como aposentada, se sentiu mais do que na responsabilidade de estar na sessão e que quando chegou, se deparou que são outras categorias; que era uma responsabilidade do Executivo e não iria analisar, porque foi uma saída que se encontrou para o ano letivo, para que o ano de dois mil vinte e três começasse a funcionar; que no final do ano tinha votado um Projeto de Lei para a realização de concurso; que a cada dia estavam em sintonia com o órgão que iria realizar o concurso; que era algo que exigia muita responsabilidade e muito compromisso; que era a saída para que não viesse se comprometer as atividades foi realizar essa contratação temporária; que houve pessoas que foram chamadas e no entanto, depois que fizeram, tinham esses direitos, entraram na Justiça e eles ganharam; que tinha ouvido de vários colegas dizendo que vai votar a favor também, porque tem responsabilidade também. O Vereador Francisco Gutemberg (Gugu Bessa), disse que concordava com a Vereadora Itacira Aires (Bolinha); que acreditava que quando qualquer um dos colegas vereadores estivessem em discussão do projeto, é bom que





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**Câmara Municipal de Pau dos Ferros**  
**Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

todos respeitassem a vontade do outro como vai votar, seja situação ou oposição; que acreditava que a gestão não estava agindo com falta de responsabilidade, pois estava sendo responsável por contratar esses profissionais que o município está precisando neste momento; que votaram no ano passado o Projeto de Lei para que houvesse o concurso público que vai ter; que seria falta de responsabilidade se a gestão ou o assessor jurídico do município, procurador, não tivesse botado do seu corpo, da lei, os profissionais que serão contratados; que o corpo da Lei é muito claro quando fala no seu artigo primeiro, a autorização de contratação temporária de Professores e todos os profissionais; que não tinham que passar para a população que o município está agindo de má fé, pois se estivesse, não ia fazer essa contratação desses profissionais em regime de urgência; que as escolas e creches estão necessitando de professores; que é preciso esquecer de gestões anteriores, pois se fosse falar, tinham muito a dizer; que todos os vereadores estão unidos para que Pau dos Ferros vá em frente; que estão como vereadores para representar a população pau-ferrense e não para representar um partido, A ou partido B; que estão representando os trinta mil habitantes que têm em Pau dos Ferros; que a gestão está andando corretamente; que é como diz aquela parábola samaritana “quem não tem pecados que atire a primeira pedra”; que os vereadores foram votados neste município para que coloque emenda para o município de Pau dos Ferros, ou seja pra saúde, para o calçamento, para pavimentação, para a Secretaria de Obras, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Cultura ou qualquer que seja; que o referido Projeto foi botado no site da Câmara Municipal; que qualquer cidadão pode entrar no site da Câmara Municipal e podia ver o referido projeto sendo divulgado. O Vereador Reginaldo Alves questionou se o referido Projeto de Lei iria ser votado da forma que foi lido, junto do novo anexo. O Excelentíssimo Senhor Presidente, José Alves (Galego do Alho), disse que o projeto iria ser votado da forma que foi repassado e apresentado para os vereadores. A Vereadora Itacira Aires (Bolinha), disse que o projeto vai ser votado da forma como foi lido pela 1ª Secretária. A Vereadora Zélia Leite pediu para explicar, porque o projeto tinha sido enviado antes com um anexo e era bem limitado, só que havia chegado no dia desta sessão, um anexo mais abrangente, então, o Projeto de Lei iria ser votado junto do anexo chegado aos





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**Câmara Municipal de Pau dos Ferros**  
**Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

dezesseis dias de janeiro. O Presidente da Casa disse que a Vereadora Zélia Leite estava correta e não era o anexo antigo e sim, o mais recente. O Projeto de Lei 2103/2023 foi colocado em votação e foi aprovado por unanimidade pelos vereadores presentes na sessão. A Vereadora Aldaceia Oliveira pediu aos vereadores e vereadoras para que depois da votação do próximo projeto, pudesse falar sobre a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente. O Presidente da Casa, o Senhor José Alves (Galego do Alho), pediu para que a Vereadora Aldaceia Oliveira que abordasse sobre este assunto ao final da votação de todos os projetos. Dando continuidade, a 1ª Secretária, Itacira Aires (Bolinha) leu o ofício, ementa e justificativa da seguinte matéria: **Projeto de Lei 2104/2023 de autoria da Excelentíssima Prefeita Marianna Almeida Nascimento, que dispõe sobre a abertura de crédito especial e dá outras providências.** O Vereador Francisco Gutemberg (Gugu Bessa), Líder do Governo, disse que era um Projeto de Lei sobre a abertura de crédito especial; que a LOA foi aprovada no ano de dois mil e vinte e dois; que não autorizava a abertura de crédito especial na mesma competência da secretaria; que vai beneficiar as unidades de saúde; que o CEO é um serviço que a população precisa; que acreditava que a Casa Legislativa representava o povo e que todos iriam votar a favor. O Vereador Reginaldo Alves disse que era mais um Projeto que vinha do Executivo por falta de planejamento; que no ano passado teve a contingência; que tinha colocado trinta por certo ou mais; que foi até mencionado sobre a questão do cheque em branco; que esse dinheiro não será suficiente, sem contar que a Câmara Municipal devolveu mais de quinhentos mil ao município; que o recurso estava sendo gasto como bem entendesse e esse dinheiro não era suficiente; que via que não existia uma prestação de conta detalhada, de como é gasto esse recurso; que se perguntasse ao município da gestão “Valorizando Nossa Gente”, eles não respondiam; que quando há um pedido de informação eles tem dez dias, vinte dias para responder e já está com mais de trinta, quarenta dias e não responderam até o presente momento; que quando vai à um portal de transparência não há um detalhamento necessário, aparecem com códigos. O Vereador Reginaldo Alves disse que lançaria um desafio para que qualquer vereador que estivesse para saber se entende os códigos que são utilizados pelo setor de contabilidade; que a Lei de





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**Câmara Municipal de Pau dos Ferros**  
**Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

transparência deveria ter uma linguagem acessível para se ter um fácil entendimento, mas não dava; que não dava para votar em um projeto como este; que não iria votar contra o povo para penalizá-los, porque infelizmente o Município de Pau dos Ferros, estava num estado desgovernado, desgovernado porque não tem gerenciamento administrativo e se contrata empresa para tudo não tem um planejamento de como será alcançado. O Vereador Reginaldo Alves questionou acerca do valor liberado na contingência e disse que nesta situação, estariam sempre autorizando para o Município; que nem mesmo os vereadores da base sabiam como era gasto este dinheiro; que se soubessem, respondessem. Mencionou uma parábola que Jesus quando queria falar com o povo leigo de lei, porque não tinha o conhecimento que ele tinha, usava as parábolas e nem por isso, Jesus menosprezava o público que ele passava aquelas informações; que quando Jesus Cristo chegou na Sinagoga e viu que estavam fazendo da casa do pai dele mercado de trabalho, ele espatifou tudo e jogou, e disse: “Dê a César o que é de César e dê a Deus o que é de Deus”; que não entendia esta condenação porque foi Professor, tinha sua formação e respeito por todos os colegas vereadores; que não condizia com a realidade a imagem dele (Reginaldo Alves) estava descontrolado; que qualquer vereador que faltasse com a realidade, iria colocar à tona para que todos tivessem conhecimento. O Vereador Célio de Queiroz (Célio da Farmácia) disse que infelizmente chegava mais um Projeto de Lei em que o orçamento foi trinta por cento de remanejamento e nunca aconteceu isso em nenhum município, nem em Pau dos Ferros e nem no Estado; que infelizmente, a Senhora Prefeita Marianna Almeida gastou mais de cem mil reais no gabinete; que são cem mil reais de material de compras para o seu gabinete; que é gasto para todo lado; que eram empresas para tudo que era lado; que é preciso de planejamento para fazer a coisa direito e com transparência e não depois culpar o vereador, nem dizer porque estava votando contra; que votaria contra, pois o referido projeto não especificava direito de onde saía e para aonde iria o recurso. O Vereador Francisco José (Gordo do Bar) disse que o Projeto de Lei 2104/2023 tinha a rubrica, mas não tinha a discriminação de onde estava tirando o recurso; que era a primeira vez que via algo assim; que geralmente vem com a rubrica; que a equipe da Prefeita Marianna Almeida tinha que transparecer para a Câmara Municipal, o Projeto de Lei,





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**Câmara Municipal de Pau dos Ferros**  
**Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

principalmente os de remanejamento; que tem que haver uma convergência; que nunca votaram contra um remanejamento; que são trinta por cento direto no orçamento; que na época de Leonardo Rêgo só quiseram dar cinco por cento e ainda acharam que era demais; que quando o ex-gestor, Fabrício Torquato, foi prefeito, o primeiro orçamento dele foi votado sem problemas e ninguém nem “moeu” em relação a essa questão; que entendiam que a gestão é quem sabe aonde bota o recurso; que é desse jeito, cada um, cada sentença, cada juiz tem sua sentença, tem sua lei né na sua cabeça. O Projeto de Lei 2104/2023 foi colocado em votação. Foram favoráveis: O Vereador Francisco Gutemberg (Gugu Bessa), o Vereador José Alves (Galego do Alho), a Vereadora Itacira Aires (Bolinha), a Vereadora Aldaceia Oliveira, o Vereador Deusivan dos Santos, a Vereadora Karigina Maia. Foram contrários: o Vereador Francisco José (Gordo do Bar), o Vereador Reginaldo Alves, a Vereadora Zélia Leite, o Vereador Alexsander Magnus (Leka Frentista) e o Vereador Célio de Queiroz (Célio da Farmácia). Dessa forma, o Projeto de Lei 2104/2023 foi aprovado por maioria de seis votos contra cinco. Em seguida, a 1ª Secretária leu a ementa e justificativa da seguinte matéria: **Projeto de Lei 2105/2023 de autoria da Mesa Diretora, que altera a Lei Municipal nº 1641/2018, e dá outras providências.** O Presidente da Casa, o Senhor José Alves (Galego do Alho), passou a palavra para o Vice-Presidente, Francisco Gutemberg (Gugu Bessa) para que o mesmo pudesse fazer a defesa da matéria. O Vereador José Alves (Galego do Alho) disse que o referido projeto em discussão, visa proporcionar melhorias para esta Casa Legislativa, uma vez que os parlamentares sempre tinham dificuldades para elaboração de pareceres e relatórios das comissões; que com a criação do cargo de assessor legislativo solucionaria esse problema; que como integrante da Mesa Diretora sempre foi a favor do direito a um assessor da mesa; que o referido projeto servirá para as próximas eleições de Presidente desta Casa Legislativa; que em relação ao contador, este, tinha procurado ver como poderia ser melhorada sua remuneração, uma vez que a remuneração dele está muito abaixo do piso médio nacional dessa categoria, assim, desta forma estava visando o reajuste; que conseqüentemente, por nível hierárquico neste Poder Legislativo, o Diretor Financeiro será reajustado, assim como o Diretor, a Diretora Legislativa, que está no mesmo nível hierárquico, no mesmo nível de escolaridade e





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**Câmara Municipal de Pau dos Ferros**  
**Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

com o mesmo cargo de diretor. O Vereador José Alves (Galego do Alho) explicou que na ocasião, queria também falar sobre a criação da função de confiança do agente de contratação, que é uma obrigação imposta pela nova Lei de Licitações; que ele será responsável pela condição dos processos de contratação dessa Casa Legislativa; que a gratificação e função em questão será a que era dada ao pregoeiro e que a partir dessa nova lei atuará apenas nos pregões. O Vereador Reginaldo Alves disse que era uma matéria um pouco delicada de se votar na Casa Legislativa; que como defende e prima pelo concurso público, não podia de certa forma, autorizar um Projeto de Lei desta natureza; que cada um podia ter seus critérios; que cada um defende o que defende; que analisassem bem; que poderia até votar no referido projeto, mas com alterações, deixando simplesmente o aumento do salário do contador; que os demais pontos, como a questão de criação de cargos, não tinha nada contra, mais um para a segunda secretaria e para criação da questão de mais assessor na mesa diretora para gerenciar seus trabalhos técnicos-administrativos; que teria que ser alguém qualificado e passado por um processo rigoroso; que não é simplesmente indicar por indicar, para não ser mais uma peça decorativa que nesta Casa; que cada vereador botasse a cabeça no travesseiro ao sair do plenário para analisar; que deveriam votar contra esse projeto da maneira como está; que votaria a favor se alterasse a contratação dos dois cargos e sendo esses, através de concurso público; que era mais do que justo o contador ganhar quatro mil reais; que caso o referido projeto não fosse aprovado, pudessem fazer um projeto direcionando unicamente e exclusivamente ao aumento do contador, porque ele trabalha muito e tem um trabalho muito reconhecido por esta Casa Legislativa, mas da maneira como estava posto não teria como votar favorável. A Vereadora Itacira Aires (Bolinha) disse que estava refletindo, porque quando assumiu a secretaria pela primeira vez, que só tinha direito a uma pessoa na Mesa Diretora, o Presidente e o Vice-Presidente; que quando assumiu como Secretária não tinha direito a uma pessoa na Mesa Diretora e só depois, a própria administração da Câmara refletiu e achou que era injusto; que a Secretária tem muita atribuição, atividades bem mais complexas, e assim, reformularam para que a Secretaria desta Casa tivesse uma indicação, para pessoa que redigisse a ata; que sempre ouvia do Vereador Francisco Augusto (Xixico) que





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**Câmara Municipal de Pau dos Ferros**  
**Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

também era uma incoerência Presidente, Vice-Presidente, 1ª Secretário/a ter e 2ª Secretário/a não ter; até porque na gestão passada ficou como parte da mesa a funcionária Juliane; que foi justamente também pensado nessa situação do Vereador Francisco Augusto (Xixico); que foi uma coisa que quase ninguém percebeu, pois a atividade da mesma como Presidente da Câmara foi muito tumultuada, devido a pandemia, depois reforma, etc. Com relação ao outro cargo de assessor legislativo, a Vereadora Itacira Aires (Bolinha), disse que como membro da Mesa Diretora, ouvia muito quem fazia parte das comissões, dizer que deveria ter uma pessoa justamente para acompanhar todo o trabalho das comissões, participar de reunião e tudo mais; que também tivesse um espaço para que houvesse uma sala para que pudesse se reunir; que sentia que o Presidente da Casa juntamente com a nova equipe já estava providenciando esse espaço para que nesse local haja a reunião das comissões; que quem fazia parte, sabia como era a forma; que no ano passado quase tudo era lá em cima e essa pessoa, seria justamente para ser responsável por todo esse trâmite das comissões, acompanhando, redigindo algo nesse sentido; que seria uma pessoa que realmente tinha um cacife para desenvolver esse trabalho; que particularmente, achava justo o contador da Câmara Municipal, Denilson Ramos, ganhar o valor vigente, pois quando era cargo comissionado, o contador ganhava mais de quatro mil reais; que não tinha conhecimento dessa situação; que quando foi na época do concurso foi rebaixado para dois mil e pouco, assim seria uma valorização do profissional que passou no concurso; que tirava o chapéu para o Contador Denilson Ramos; que a Mesa Diretora pensou nessa situação e assim, levou para o plenário para que o projeto fosse discutido; que a assessoria jurídica fez juntamente com a parte contábil, viu a situação do Assessor Financeiro e Da Técnica Legislativa são todos de níveis superiores; que todos os vereadores que faziam parte das comissões, davam essa sugestão de que deveria ter alguém assessorando; que o Vereador Reginaldo Alves também lembrava muito disso; que seria alguém que assumisse essa digitação, que tomasse de conta dos pareceres e tudo mais. A Vereadora Aldaceia Oliveira disse que a Casa Legislativa também era uma Casa de Poder e nela, assim como o Poder Executivo e o Poder Judiciário, permeavam relações de poder e seria fantástico se estivessem projetando concurso público para funcionar e





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**Câmara Municipal de Pau dos Ferros**  
**Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

ampliar o número de concursados da Casa Legislativa; que era preciso instituir uma política de valorização, como o contador que estava posto no projeto; que valorizar implica condições de trabalho e remuneração; que valorização profissional passa por esses dois elementos. Com relação a criação de cargos, a Vereadora Aldaceia Oliveira disse que seria honesta; que acreditava que as comissões, precisava de uma pessoa; que inclusive deveria estar nomeada tendo um trabalho direto com a comissão. A Vereadora Aldaceia Oliveira questionou quem estava lavrando a ata e se já havia uma assistente de mesa, pois estava havendo uma sessão e a Vereadora Itacira Aires (Bolinha) estava secretariando. Disse que considerava um projeto como este importante; que a Casa Legislativa tinha uma demanda de servidores, mas que existem critérios e formas para ter acesso ao Legislativo; que cada vereador e cada Vereadora foi eleita. Indagou acerca de como andava a remuneração dos assessores. Falou que tinha apenas um assessor, o Senhor Lenilson Sousa; que cada um respondesse por si, pois a Câmara Municipal era uma Casa de Poder que implicava em relações de poder; que a política de valorização de funcionários, ela defendia em qualquer lugar que estivesse, contanto que implicasse em remuneração, condições de trabalho e critérios justos. A Vereadora Itacira Aires (Bolinha) falou que em relação à questão do salário dos funcionários, enquanto esteve na presidência da Câmara esteve angustiada, porque quem recebia o salário mínimo, automaticamente quando o salário mínimo aumentava, os funcionários da casa receberiam e os demais não se tinha essa revisão; que no ano passado, a equipe toda se debruçou de forma que os funcionários poderiam também ser contemplados, inclusive as/os assessoras/es de Vereadores que faziam muitos anos que o salário era mil e seiscentos reais; que foi feita esta revisão nesse projeto de lei e automaticamente, após essa aprovação, eles tiveram essa revisão do salário mínimo. A Vereadora Aldaceia Oliveira questionou a Vereadora Itacira Aires (Bolinha) quem estava como assistente de mesa da Secretária e quem estava lavrando a ata. A Vereadora Itacira Aires (Bolinha) disse que no referido dia desta sessão, estava Gaby, porque ainda estava se definindo a situação; que estava falando com o Presidente, pois inclusive quando chegou na Câmara Municipal foi se direcionando a Gaby, mas que tinha certeza que seria alguém que tivesse condições e competência para desenvolver esse trabalho. O Vereador





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**Câmara Municipal de Pau dos Ferros**  
**Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

Deusivan Santos disse que o referido projeto em discussão não era nenhuma assombração; que era uma coisa necessária mesmo; que teve a oportunidade de passar pela eleição da Presidência da Câmara e tinha prometido criar cargos; que é um direito e não tinha pra quê susto; que não era uma coisa assustadora, pois é um cargo que realmente necessitava; que a Mesa Diretora sabe do encaminhamento e votaria favorável. O Vereador Célio de Queiroz (Célio da Farmácia) disse que a referida matéria, da maneira que estava, também não seria favorável, pois o mais correto seria o concurso; que sobre a valorização do aumento, seria a favor, mas também deveria olhar alguns cargos que também estão defasados; que era para ser apreciado um projeto corrigindo os valores, pois não era para aumentar apenas os cargos descritos no projeto e não adiantava aumentar apenas três; que era coerente com todos na Casa Legislativa, pois todos mereciam ganhar; que tinham muitos salários defasados; que o projeto tem que ser analisado e ser conduzido melhor; que pensar em fazer um concurso seria o mais correto; que da maneira que estava, não poderia votar favorável. A Vereadora Aldaceia Oliveira disse que o vereador que a antecedeu, falou que o referido projeto não era um bicho de sete cabeças; que realmente não era; que se estava questionando era a necessidade de uma de valorização dos funcionários a exemplo do contador e outros; que a Câmara Municipal era uma Casa de Poder; que para exercitar a cobrança dos poderes, precisava treinar na Câmara Municipal; que era uma pessoa que honrava muito quem dizia o que pensa, mas honrava muito mais quem praticava o que dizia; que precisava sim, melhorar a remuneração do contador e de outros; que o projeto não era nenhum bicho de sete cabeça; que estava questionando apenas a forma como estava posto; que a Mesa Diretora por exemplo, tinha um monte de gente comissionado, mas não tinha um assessor da mesa e tinha uma sessão funcionando, apesar de já ter outros assessores em comissão; que estava questionando os critérios e as formas, pois relações humanizadas só tinham a ganhar; que não tinha medo de enfrentar; que quando foi Secretária, na 1ª Sessão, Gaby já estava fazendo a ata; que tinha muito respeito aos integrantes da Mesa Diretora, parceiros, colegas de parlamento, pessoas, porque que tinha muito respeito; que a forma como estava posta, não considerava oportuna. A Vereadora Zélia Leite disse que o projeto realmente não era





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**Câmara Municipal de Pau dos Ferros**  
**Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

um bicho de sete cabeças, mas a forma como ele está escrita e exposta, via uma divergência; que havia uma disparidade, porque haviam funcionários, assessores de gabinete ganhando bem menos; que uma técnica legislativa, Diretora iria ganhar um salário bem maior; que há uma disparidade em relação aos funcionários; que não estava desrespeitando a pessoa, pois quanto mais ganhasse, melhor, no entanto, tinha que ver a questão de igualdade; que um assessor de gabinete estava ganhando mil e poucos reais; que via outros funcionários ganhando apenas um salário; que era justo que sobre o aumento do contador; que modificasse o projeto e especificasse para o contador, pois ele merecia o reajuste; que todos sabiam da importância que ele tem, como os demais funcionários têm; que se visse a forma como está o projeto e incluísse os outros funcionários, que o salário estava defasado e não poderia votar a favor desta forma como estava. A Vereadora Itacira Aires (Bolinha) disse que a questão desses outros funcionários, foi feito um estudo com o jurídico, e assim, fizeram a revisão de acordo com a questão do salário mínimo e então, o mesmo índice dos funcionários que não tinham, passaram a ter; que com relação ao concurso, o último ainda está vigente até março; que por conta da pandemia, o prazo foi prorrogado; que em relação à questão da secretaria, não havia ainda uma assessora para elaboração das atas, porque a previsão do retorno dos trabalhos legislativos é quinze de fevereiro com a leitura anual da Prefeita; que ainda não tinha tido essa preocupação, mas já que já está sendo discutido entre as meninas e com Juciélia; que tinha conversado a respeito deste assunto com Kécio; que seria bem cauteloso, bem criterioso nessa seleção; que em relação aos outros funcionários da Câmara Municipal, no ano passado foi feita a revisão salarial que até então não existia. O Vereador Reginaldo Alves disse para colocar logo o projeto em votação, mas que ficou indagado a questão da Secretaria da Mesa, pois se já tinha sido nomeado nos quadros da Câmara e constava, então essa pessoa deveria estar exercendo seu trabalho e isso era um ato de improbidade administrativa; que todos conheciam esse direito; que estava sendo constituído provas porque foi falado na sessão e foi gravado. Indagou sobre a situação de nomear uma pessoa que vai desenvolver uma função e escuta que a mesma não iria desenvolver aquela função; que era um pouco delicado. A Vereadora Itacira Aires (Bolinha) pediu para o Vereador Reginaldo Alves explicar





**Estado do Rio Grande do Norte**  
**Câmara Municipal de Pau dos Ferros**  
**Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

novamente sobre a fala dele. O Vereador Reginaldo Alves disse que quando foi questionado, foi dito que quem estava desenvolvendo esta função era a técnica legislativa Gaby; que enquanto já tem uma pessoa nomeada, não estava exercendo e isso era desvio de função, sendo comprovado e registrado no áudio da gravação; que era preciso ter cuidado, que fala porque é constituído contra prova si mesmo. O Vereador Francisco Gutemberg (Gugu Bessa) disse que na hora que esse projeto estava pronto ligou para o Líder de bancada da oposição, o Vereador Francisco José (Gordo do Bar) e comunicou a ele sobre o referido Projeto de Lei; que o assessor jurídico desta Casa Legislativa explicou o projeto; que como a Vereadora Itacira Aires (Bolinha) explicou, o concurso público está vigente até março de dois mil e vinte e três; que quando a vigência acaba, pode se prorrogar por mais dois anos; que os cargos comissionados não estavam inseridos no concurso público que aconteceu; que claro que tinham que ser criados os cargos para serem desenvolvidos os trabalhos; que participou de várias comissões como Presidente e Vice-Presidente junto dos demais colegas vereadores e várias vezes cobraram uma técnica ou técnico para assessorar o relator, o presidente da comissão; que necessitava rapidamente para esta Casa; que este cargo em comissão exige o nível superior completo; que dois cargos estavam sendo exigidos ser criados na Câmara Municipal; que o cargo do contador vai ser só reajuste; que tinha ficado triste por sentir que alguns vereadores iriam votar contra o projeto; que tinha um profissional contador, que passou estudando para hoje estar no cargo; que o salário estava defasado e precisava do reajuste; que os outros cargos em questão, sempre cobraram em outras gestões. O Vereador José Alves (Galego do Alho) disse que a Mesa Diretora não estava criando nada para beneficiar ele próprio; que cada um dos vereadores ou vereadoras poderiam ser presidentes nos próximos anos; que apresentou o referido projeto; que pediu para cada um analisar e apoiar; que sobre a questão do contador, quando aumenta o salário do contador, aumenta a do Diretor Financeiro e da Técnica Legislativa que é Gaby; que não estava criando nada menos o que é de direito; que iria chegar a vez de cada funcionário e como Presidente, não estava pedindo nada demais; que era justo a 2ª Secretária ter um assessor; que o ex-Vereador Eraldo Alves trouxe um projeto dessa envergadura e foi aprovado; que sabia que era de direito dos






**Estado do Rio Grande do Norte**  
**Câmara Municipal de Pau dos Ferros**  
**Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

vereadores votar contra ou a favor; que tinha mostrado antes e ligou para os vereadores e vereadoras. Pediu para todos analisarem e votarem. O Projeto de Lei foi 2105/2023 foi colocado em votação. Foram favoráveis: O Vereador Francisco Gutemberg (Gugu Bessa), o Vereador José Alves (Galego do Alho), a Vereadora Itacira Aires (Bolinha), o Vereador Deusivan dos Santos, a Vereadora Karigina Maia. Foram contrários: a Vereadora Aldaceia Oliveira, o Vereador Francisco José (Gordo do Bar), o Vereador Reginaldo Alves, a Vereadora Zélia Leite, o Vereador Alexsander Magnus (Leka Frentista) e o Vereador Célio de Queiroz (Célio da Farmácia). Dessa forma, o Projeto de Lei 2104/2023 foi reprovado por maioria de seis votos contra cinco. A ordem do dia foi encerrada. A Vereadora Aldaceia Oliveira disse que no segundo semestre do ano passado, foi realizada uma Audiência Pública acerca da situação de vulnerabilidade de crianças e adolescentes, e um dos encaminhamentos da referida audiência foi a criação de uma Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente em Pau dos Ferros; que gostaria de deixar claro que iria formalizar esse requerimento no retorno das sessões ordinárias; que quem desejasse fazer parte da Frente Parlamentar, pudesse, até a primeira sessão, comunicar para definir; que em fevereiro, gostaria de presidir e coordenar essa Frente; que a Frente Parlamentar estabelecerá parceria com o CMDCA e Conselho Tutelar, que são da comunidade externa; que três ou quatro parlamentares que desejassem, ficava posto o convite. Não houve pequeno expediente. Por seguinte, o Presidente da Casa encerrou a 1ª Sessão Extraordinária do ano de dois mil e vinte e três, e para constar, eu, Francisca Itacira Aires Nunes, Vereadora/1ª Secretária da Mesa Diretora da Câmara Municipal, lavrei a presente ata, mediante assessoramento de Juliane Kelly Benevides França, na condição de Assistente da Mesa, que vai assinada por mim e pelos(as) demais vereadores e vereadoras presentes, mediante lista de presença dos vereadores e vereadoras, constante no Livro de Registro de Presença das Sessões dessa Casa Legislativa.

Pau dos Ferros, 16 de janeiro de 2023.

  
**José Alves Bento**  
Presidente

  
**Francisca Itacira Aires Nunes**  
1ª Secretária